

Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1^a Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de **agosto** de 2025 foram visados 100 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), no valor global de cerca de 256,5 milhões de euros. O Tribunal não recusou o visto em nenhum processo. Em termos acumulados, já foram visados 913 contratos até agosto e foram recusados apenas 14 contratos, no valor global de 29,2 milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE AGOSTO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	50	18,94	149 660 277,45	58,17
Visto com Recomendações	36	13,64	66 423 195,97	25,82
Declaração de Conformidade Homologada	14	5,30	40 421 732,02	15,71
Recusa de Visto	0	0,00		
Outras extinções da instância (*)	164	62,12		
TOTAL DE DECISÕES	264	100	256 505 205,44	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2025

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	408	18,57	3 332 098 281,88	57,37
Visto com Recomendações	351	15,98	2 082 806 479,30	35,86
Declaração de Conformidade Homologada	154	7,01	349 534 996,64	6,02
Recusa de Visto	14	0,64	29 236 389,09	0,50
Outras extinções da instância (*)	1270	57,81		
TOTAL DE DECISÕES	2197	100	5 793 676 146,91	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.^a Secção, por assunto e por tipo de decisão